



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.243-B, DE 2006 **(Do Sr. Reginaldo Lopes)**

Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LAFAYETTE DE ANDRADA).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
EDUCAÇÃO E CULTURA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Educação:
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica erigida em monumento nacional o Caminho da Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cujos municípios integrantes são: Acaiaca, Aiuruoca, Alagoa, Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Andrelândia, Antônio Carlos, Areal, Areias, Baependi, Barão de Cocais, Barbacena, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Vale, Bias Fortes, Bom Jesus de Amparo, Cachoeira do Campo, Cachoeira Paulista, Caeté, Cambuqueira, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Carmésia, Carmo de Minas, Carrancas, Casa Grande, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Caxambu, Chácara, Chiador, Cipotânea, Comendador Levy Gasparian, Conceição da Barra de Minas, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Rio Verde, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Couto Magalhães de Minas, Cristiano Ottoni, Cristina, Cruzeiro, Cruzília, Cunha, Datas, Delfim Moreira, Desterro de Entre Rios, Desterro de Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Dolores de Campos, Dolores de Guanhanes, Entre Rios de Minas, Ewbank da Câmara, Felício dos Santos, Ferros, Gouveia, Guanhanes, Guaratinguetá, Ibiritoga, Ibituruna, Ingai, Itabira, Itabirito, Itambé do Mato Dentro, Itamonte, Itanhandu, Itaverava, Itutinga, Jaboticatubas, Jeceaba, Jesuânia, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Lambari, Lamim, Lavras Novas, Lima Duarte, Lorena, Madre de Deus de Minas, Magé, Maria da Fé, Mariana, Marmelópolis, Matias Barbosa, Mercês, Milho Verde, Minduri, Moeda, Monjolos, Morro do Pilar, Nazareno, Nova Lima, Nova União, Olaria, Olímpio Noronha, Oliveira Fortes, Ouro Branco, Ouro Preto, Paiva, Paraíba do Sul, Paraty, Passa Quatro, Passa Tempo, Passabém, Pedralva, Pedro Teixeira, Pequeri, Petrópolis, Piau, Piedade do Rio Grande, Piranga, Ponte Nova, Pouso Alto, Prados, Presidente Bernardes, Presidente Kubitschek, Queluzito, Raposos, Resende Costa, Ressaquinha, Rio Acima, Rio Espera, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Ritópolis, Sabará, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santa Rita do Ibitipoca, Santana de Pirapoma, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Bartolomeu, São Brás do Suaçuí, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio das Pedras, São Gonçalo do Rio Preto, São João del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Tiago, São Tomé das Letras, São Vicente de Minas, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Serra Azul de Minas, Serranos,

Serro, Silveiras, Simão Pereira, Soledade de Minas, Taquarussu de Minas, Tiradentes, Três Corações, Três Rios, Virgínia e Wenceslau Braz.

Art. 2º. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Durante todo o século XVIII e também parte do XIX, a Estrada Real foi a principal rota de transporte do ouro e dos diamantes encontrados nas jazidas de Minas Gerais. Construída pela Coroa Portuguesa, a via era a única forma de acesso à região mineradora. Por ali deveriam passar os senhores, os escravos e as mercadorias, sendo que a abertura de novos caminhos era considerada crime de lesa-majestade. Em suas margens foram erguidos arraiais, vilas, postos fiscais e prédios de registros, muitos dos quais ainda resistem à ação do tempo.

A rota, num primeiro momento, ligava a região mineradora e Vila Rica (hoje, Ouro Preto) ao porto da cidade de Parati, no Rio de Janeiro. Esse ficou conhecido como o “Caminho do Ouro”. Mais tarde, a fim de abreviar o percurso, uma nova via foi aberta, passando pela Serra dos Órgãos. Com a descoberta de jazidas de diamantes, o Caminho Novo, como foi batizado, se estendeu até o Arraial do Tejuco, atual Diamantina.

A importância comercial do trajeto se manteve inabalável durante quase dois séculos, e só começou a diminuir com a chegada das primeiras ferrovias ao país.

Ao todo, a Estrada Real abrange 182 municípios num total de 1.400 quilômetros. A região se destaca por seu rico acervo histórico-cultural e pelas inúmeras manifestações artísticas, constituindo-se em excelente vetor para o desenvolvimento do turismo cultural.

Posto isso, e, com o objetivo de preservar toda essa riqueza e diversidade cultural, e contribuir para o resgate histórico do caminho, conto com o apoio dos nobres parlamentares para que possamos elevar o Caminho da Estrada Real à condição de monumento nacional.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2006.

Deputado REGINALDO LOPES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.1243, 2006, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, propõe que seja erigido à categoria de “monumento nacional” o Caminho da Estrada Real – que abrange Municípios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Cabe a esta Comissão de Educação e Cultura manifestar-se sobre o aspecto cultural da iniciativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Não há como interpor argumentos contrários à importância de se preservar e difundir o valor histórico e cultural dos caminhos conhecidos, genericamente, como Estrada Real – um conjunto diversificado de vias públicas surgidas nos séculos XVII e XVIII, controladas pela Coroa portuguesa, que davam acesso aos depósitos de ouro e diamantes de Minas Gerais.

Durante o período colonial, essas vias oficiais de propriedade da metrópole constituíam os únicos caminhos autorizados de acesso às áreas de mineração. A circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamantes era obrigatoriamente feita por elas, para que fosse devidamente fiscalizado o pagamento dos tributos exigidos pelo tesouro real.

Assim, à margem dos caminhos reais, surgiram centenas de arraiais, povoados e vilas, organizados em torno da economia da mineração e de outras a ela associadas. Tais núcleos urbanos – com suas capelas, pelourinhos, cruzeiros, ranchos de tropas, vendas, oficinas e casas de pau-a-pique – deram origem a cidades que cresceram, se modificaram, mas que trazem, ainda hoje, reveladores traços do período colonial brasileiro.

A expansão urbana originária das estradas reais do território colonial configurou-se em um dos mais significativos movimentos de apropriação do interior brasileiro e de sua integração com a faixa litorânea. As vias hoje reunidas sob o nome de Estrada Real foram, assim, fundamentais na história do povoamento e da colonização do território nacional, constituindo, sem a menor dúvida, marco histórico-cultural do nosso povo.

Concordamos, portanto, com o ilustre autor da iniciativa, Deputado Reginaldo Lopes, que é fundamental preservar a riqueza e promover o resgate histórico da Estrada Real, no sentido de que constitua ela fonte de conhecimento e motivo de orgulho para os brasileiros, além de importante atrativo para o desenvolvimento do turismo cultural nos Municípios por ela perpassados.

Quando se trata do patrimônio cultural brasileiro, o termo “monumento” tem sido empregado, tradicionalmente, com o sentido de bem material de valor cultural, histórico ou artístico que se deseja conservar. A atual Constituição Federal, em seu art. 23, inciso III, confere competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para proteger diversos bens culturais, entre eles os “monumentos”. O mesmo texto constitucional, no art. 216, determina caber ao poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Compete deixar claro que erigir determinado bem em monumento nacional não estabelece ação tutelar do Estado sobre esse bem, ou seja, não constitui tombamento, registro, desapropriação ou qualquer forma de acautelamento e preservação que seja de competência do Poder Executivo (nos termos do Decreto-lei nº 25, de 1937). Significa, no entanto, reconhecê-lo como parte do patrimônio cultural brasileiro e indicar, para o poder público, a necessidade de garantir sua promoção e sua proteção por meio dos instrumentos constantes do texto constitucional.

Alguns Municípios brasileiros, em razão da qualidade extraordinária de sua arquitetura e da importância do seu papel na história brasileira, foram erigidos, por força de legislação federal, em “monumentos nacionais”. Foi esse o caso de Parati, no Estado do Rio de Janeiro (convertido em monumento nacional pelo Decreto-lei n.º 58.077, de 24 de 1966); de Cachoeira, no Estado da Bahia (Decreto-lei nº 68.045, de 1971) e de Olinda, no Estado de Pernambuco (elevada a monumento pela Lei nº 6.863, de 1980).

O futuro dos antigos caminhos reais é incerto. Somente a ação do Poder Público e o envolvimento das comunidades das regiões cortadas pelas estradas antigas poderão salvar o que restou desses marcos culturais, históricos e econômicos da ocupação do interior brasileiro. A presente iniciativa, ao garantir o reconhecimento oficial de que os Caminhos da Estrada Real constituem monumento nacional, impõe aos entes federativos o compromisso de promover sua proteção por

meio dos instrumentos de que dispõem.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.243, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.243/06, nos termos do parecer do relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gastão Vieira, Presidente; Maria do Rosário, Frank Aguiar e Osvaldo Reis, Vice-Presidentes; Alex Canziani, Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Carlos Abicalil, Clodovil Hernandez, Clóvis Fecury, Iran Barbosa, Ivan Valente, João Matos, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lobbe Neto, Nilmar Ruiz, Paulo Renato Souza, Professor Ruy Pauletti, Professor Setimo, Professora Raquel Teixeira, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Angela Amin, Dr. Pinotti, Dr. Ubiali, Eliene Lima e Márcio Reinaldo Moreira.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2007.

Deputado GASTÃO VIEIRA

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, erige em Monumento Nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e os Municípios de Acaiaca, Aiuruoca, Alagoa, Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Andrelândia, Antônio Carlos, Areal, Areias, Baependi, Barão de Cocais, Barbacena, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Vale, Bias Fortes, Bom Jesus de Amparo, Cachoeira do Campo, Cachoeira Paulista, Caeté, Cambuqueira, Capela

Nova, Caranaíba, Carandaí, Carmésia, Carmo de Minas, Carrancas, Casa Grande, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Caxambu, Chácara, Chiador, Cipotânea, Comendador Levy Gasparian, Conceição da Barra de Minas, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Rio Verde, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Couto Magalhães de Minas, Cristiano Otoni, Cristina, Cruzeiro, Cruzília, Cunha, Datas, Delfim Moreira, Desterro de Entre Rios, Desterro de Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Dolores de Campos, Dolores de Guanhanes, Entre Rios de Minas, Ewbank da Câmara, Felício dos Santos, Ferros, Gouveia, Guanhanes, Guaratinguetá, Ibertioga, Ibituruna, Ingaí, Itabira, Itabirito, Itambé do Mato Dentro, Itamonte, Itanhandu, Itaverava, Itutinga, Jaboticatubas, Jeceaba, Jesuânia, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Lambari, Lamim, Lavras Novas, Lima Duarte, Lorena, Madre de Deus de Minas, Magé, Maria da Fé, Mariana, Marmelópolis, Matias Barbosa, Mercês, Milho Verde, Minduri, Moeda, Monjolos, Morro do Pilar, Nazareno, Nova Lima, Nova União, Olaria, Olímpio Noronha, Oliveira Fortes, Ouro Branco, Ouro Preto, Paiva, Paraíba do Sul, Paraty, Passa Quatro, Passa Tempo, Passabém, Pedralva, Pedro Teixeira, Pequeri, Petrópolis, Piau, Piedade do Rio Grande, Piranga, Ponte Nova, Pouso Alto, Prados, Presidente Bernardes, Presidente Kubitschek, Queluzito, Raposos, Resende Costa, Ressaquinha, Rio Acima, Rio Espera, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Ritópolis, Sabará, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santa Rita do Ibitipoca, Santana de Pirapoma, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Bartolomeu, São Brás do Suaçuí, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio das Pedras, São Gonçalo do Rio Preto, São João del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Tiago, São Tomé das Letras, São Vicente de Minas, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Serra Azul de Minas, Serranos, Serro, Silveiras, Simão Pereira, Soledade de Minas, Taquarussu de Minas, Tiradentes, Três Corações, Três Rios, Virgínia e Wenceslau Braz.

O autor lembra que, durante todo o século XVIII e parte do XIX, a Estrada Real foi a principal rota de transporte do ouro e dos diamantes encontrados nas jazidas de Minas Gerais. Construída pela Coroa Portuguesa, era a única forma

de acesso à região mineradora, por onde deveriam passar os senhores, os escravos e as mercadorias, sendo que a abertura de novos caminhos era considerada crime de lesa-majestade. Em suas margens, foram erguidos arraiais, vilas, postos fiscais e prédios de registros, muitos dos quais ainda resistem à ação do tempo.

Ensina que, em um primeiro momento, a rota ligava a região mineradora e Vila Rica (hoje, Ouro Preto) ao porto da cidade de Parati, no Rio de Janeiro, percurso conhecido como o “Caminho do Ouro”. Mais tarde, a fim de abreviar o caminho, uma nova via foi aberta, passando pela Serra dos Órgãos. Com a descoberta de jazidas de diamantes, o Caminho Novo, como foi batizado, se estendeu até o Arraial do Tejuco, atual Diamantina.

Afirma que a importância comercial do trajeto se manteve inabalável durante quase dois séculos, e só começou a diminuir com a chegada das primeiras ferrovias ao país. Ao todo, a Estrada Real abrange 182 municípios num total de 1.400 quilômetros, região que se destaca por seu rico acervo histórico-cultural e pelas inúmeras manifestações artísticas, constituindo-se em excelente vetor para o desenvolvimento do turismo cultural.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões (RICD, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RICD, art. 151, III). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou, nos termos do voto do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada, em 2007.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não lhe foram apresentadas emendas.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.243, de 2006.

A atual Constituição Federal, em seu art. 23, inciso III, confere competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para proteger diversos bens culturais, entre eles os “monumentos”.

A matéria é relativa à proteção do patrimônio histórico e cultural, matéria de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal,

conforme dispõe o art. 24, VII da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal. A iniciativa legislativa é igualmente legítima e adequada, pois ampla e não reservada, com base no disposto no art. 61, *caput*, da nossa Lei Maior.

Verificados os requisitos constitucionais formais, observa-se, igualmente, que o projeto está em conformidade com os dispositivos constitucionais materiais, com destaque para o art. 216, § 1º da Lei Maior, que estatui competir ao poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Da mesma forma, a proposição se encontra em inteiro acordo com os demais princípios e regras que instruem o ordenamento jurídico brasileiro.

Por fim, no que diz respeito à técnica legislativa e à redação empregadas, nenhum reparo há a ser feito.

Como destacou o Relator na Comissão de mérito, cumpre-nos deixar claro que erigir determinado bem em monumento nacional não estabelece ação tutelar do Estado sobre esse bem, ou seja, não constitui tombamento, registro, desapropriação ou qualquer forma de acautelamento e preservação que seja de competência do Poder Executivo (nos termos do Decreto-lei nº 25, de 1937). Significa, no entanto, reconhecê-lo como parte do patrimônio cultural brasileiro e indicar, para o poder público, a necessidade de garantir sua promoção e sua proteção por meio dos instrumentos constantes do texto constitucional.

Alguns Municípios brasileiros, em razão da qualidade extraordinária de sua arquitetura e da importância do seu papel na história brasileira, foram erigidos, por força de legislação federal, em “monumentos nacionais”. Foi esse o caso de Parati, no Estado do Rio de Janeiro (convertido em monumento nacional pelo Decreto-lei n.º 58.077, de 24 de 1966); de Cachoeira, no Estado da Bahia (Decreto-lei nº 68.045, de 1971) e de Olinda, no Estado de Pernambuco (elevada a monumento pela Lei nº 6.863, de 1980).

O futuro dos antigos caminhos reais é incerto. Somente a ação do Poder Público e o envolvimento das comunidades das regiões cortadas pelas estradas

antigas poderão salvar o que restou desses marcos culturais, históricos e econômicos da ocupação do interior brasileiro. A presente iniciativa, ao garantir o reconhecimento oficial de que os Caminhos da Estrada Real constituem monumento nacional, impõe aos entes federativos o compromisso de promover sua proteção por meio dos instrumentos de que dispõem.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.243, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.243/2006, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lafayette de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Felipe Francischini - Presidente, Bia Kicis, Lafayette de Andrada e Caroline de Toni - Vice-Presidentes, Aguinaldo Ribeiro, Alceu Moreira, Alencar Santana Braga, Alexandre Leite, Beto Rosado, Clarissa Garotinho, Daniel Freitas, Darci de Matos, Delegado Éder Mauro, Diego Garcia, Eduardo Bismarck, Enrico Misasi, Fábio Trad, Geninho Zuiliani, Gilson Marques, Herculano Passos, Hiran Gonçalves, João Roma, José Guimarães, Léo Moraes, Luizão Goulart, Marcelo Ramos, Márcio Biolchi, Margarete Coelho, Nicoletti, Patrus Ananias, Paulo Azi, Paulo Eduardo Martins, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pompeo de Mattos, Renildo Calheiros, Rubens Bueno, Samuel Moreira, Sergio Toledo, Sergio Vidigal, Shéridan, Tadeu Alencar, Wilson Santiago, Alex Manente, Aliel Machado, Angela Amin, Capitão Wagner, Cássio Andrade, Chris Tonietto, Christiane de Souza Yared, Coronel Tadeu, Delegado Waldir, Francisco Jr., Giovani Cherini, Kim Kataguirí, Lucas Redecker, Lucas Vergílio, Marcelo Freixo, Pedro Lupion, Reginaldo Lopes, Roman, Sanderson e Subtenente Gonzaga.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2019.

Deputado FELIPE FRANCISCHINI
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
